

FORTALECER A ESPERANÇA E A JUSTIÇA: UM ESTUDO DE Rm 9,1-33

Isidoro Mazzarolo*
mazzarolo.isidoro@gmail.com

Resumo

A esperança e a justiça são elementos fundamentais na vida humana. Paulo, no capítulo 9 da carta aos Romanos, mostra como é importante entender a dinâmica da salvação. Israel recebera a herança e as promessas, mas não soube comportar-se nas exigências correspondentes. Dessa forma, a herança e as promessas, em Jesus Cristo, foram dadas a todos os povos, com um imperativo: crer e assumir a justiça do Reino de Deus.

Palavras-chave: *Esperança. Justiça. Herança. Reino de Deus.*

Abstract

Hope and justice are fundamental elements in human life. Paul, in chapter 9 of Romans, shows how important it is to understand the dynamics of salvation. Israel received the inheritance and promises, but did not know how to behave in the corresponding requirements. Thus, inheritance and promises in Jesus Christ have been given to all people, with an imperative: to believe and take the justice of the Kingdom of God.

Keywords: *Hope. Justice. Heritage. Kingdom of God.*

Israel teria privilégios?

Desejaria estar separado de Cristo

¹ Falo a verdade em Cristo, não minto, testemunhando comigo, a minha própria consciência, no Espírito Santo: ² porque a minha tristeza

* Ph.D. pela École Biblique et Archéologique de Jérusalem. Professor da PUC-Rio e Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, RJ.

é grande e incessante a dor no coração; ³ porque eu mesmo desejaria ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos, meus compatriotas, segundo a carne. ⁴ São israelitas. Pertence-lhes a adoção e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas; ⁵ deles são os patriarcas, e também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém (Rm 9,1-5)!

Inúmeras vezes o Apóstolo precisa justificar que fala de modo sincero, que não usa a sabedoria dos homens, que não tem objetivos enganosos. Neste verso argumenta em nome de Cristo e no Espírito Santo. A assertiva ‘*alêtheían*’ (verdade) pode ser configurada como uma forma de juramento, compromisso e testemunho. “Falo a verdade em Jesus” poderia ser tomada como uma expressão popular atual: “Juro por Deus”. Juro e não minto, na absoluta serenidade da consciência no Espírito. Em parte, este juramento pode ser considerado uma profissão de fé a respeito do amor que ele tem pela comunidade a quem está escrevendo, e tudo o que está escrito é prova de amor e bem-querer.

A salvação dos judeus está em xeque. Paulo sublinha sua grande tristeza por ver os judeus, antigos herdeiros do patrimônio da salvação, os guardiões das promessas perdendo a herança. Eles são seus irmãos, mas agora estão fora. Ele mesmo, Paulo, gostaria de ser anátema, de estar com os irmãos judeus, mas não pode renunciar aquilo que lhe é mais caro se eles não querem assumir o papel de discípulos do Evangelho (9,3). Ele chama os judeus de irmãos, forma explícita de amor, bem-querer e dor profunda por vê-los, como irmãos, afastados de Cristo. Se eles, os judeus, o acusavam de traidor, ele os chama de irmãos, no tom familiar e fraterno do desejo da reconciliação em Cristo. O grande dilema de Paulo: *ser anátema de Cristo e unido aos irmãos, ou ser anátema dos irmãos e unido a Cristo?* Se Jesus Cristo fosse ficção, ele iria querer estar com os irmãos, mas como Cristo ressuscitado é realidade e força de fé, prefere o anátema dos irmãos de sangue e estar na família de Cristo.

Aos israelitas *pertencia* o patrimônio da Salvação: adoção filial, glória, alianças, patriarcas, inclusive o Cristo, segundo a carne, mas não pelo Espírito e pela vontade do Pai, pois Deus, em Cristo, *transferiu a herança e a bênção* para fora de Israel. Esta profissão de fé contrasta duramente com os conceitos judaicos sobre Jesus. No evangelho de Mateus Jesus é representado como o herdeiro da vinha, mas os vinhateiros o mataram (Mt 21,38-39). No evangelho de João, Jesus veio para o que era seu, mas os seus não o receberam (Jo 1,11). Assim, para os judeus, Jesus era um herege e seus seguidores eram hereges e apóstatas das tradições de Moisés. Ora, como se colocam eles diante do Cristo com estas concepções? Nota-se aqui um tom apologético e polêmico com os judeus relutantes aos apelos do cristianismo. O campo foi arado e preparado, mas a vinha que devia dar uvas boas e vermelhas produziu uvas azedas (Is 5,1-11), e a silvestre se tornou herdeira (Rm 11,7-24).

Paulo faz uma grande exegese em torno da “apropriação indébita” da herança e da salvação por parte de Israel (dos judeus). A herança não pertença à descendência, como no sentido sociológico ou político das tradições dos povos, nos critérios das sucessões genéticas da “*sarx*” (9,5), mas àqueles que se identificam como parceiros, como “*pai, mãe, irmãos*” (Mc 3,34-35). Paulo segue a pedagogia de Jesus na qual a religião é um elemento das tradições culturais e familiares, muito mais que as convicções de fé e de missão que identificam o discípulo ao mestre. Na transferência da herança e das promessas, o Apóstolo se pergunta de quem foi o erro: teria Deus, por acaso, errado em escolher Israel como povo da Aliança (9,6)? Israel se apropriou desse conceito e o fez valer por séculos, mas a vinda de Jesus Cristo revelou a caducidade dessa apropriação (cf. Esd 1,1-4).

Teria Deus falhado com Israel? De jeito algum (9,6-13)

A apologese se estabelece nas falsas premissas da eleição e dos privilégios construídas pela tradição e justificadas pelos direitos dos mais ricos, nobres, poderosos:

<i>Sara</i>	<i>x</i>	<i>Rebeca</i>
<i>Isaac</i>	<i>x</i>	<i>Ismael</i>
<i>Jacó</i>	<i>x</i>	<i>Esau</i>
<i>judeus</i>	<i>x</i>	<i>pagãos</i>
<i>judeus</i>	<i>x</i>	<i>cristãos e judaizantes</i>

Nem todos os de Israel são israelitas, nem todos os hebreus do Egito saíram com Moisés, nem todos os que estão em Roma são romanos. Muitos habitantes de Israel eram descendentes de Ismael, não de Isaac (Gn 21,8-21); outro passo distinto se dá com os descendentes de Esau e os de Jacó (Gn 27). Por serem da estirpe de Abraão não necessariamente são representantes do patriarca, pois fazem aquilo que Abraão não fez: matar (cf. Jo 8,31-47). O próprio Cristo é descendente de Abraão, segundo a carne (9,5), mas aqueles que buscam a morte e o sofrimento dos outros negam esta filiação. Abraão recebeu as promessas na Mesopotâmia, como pagão e incircunciso. Ele se tornou o pai da fé porque acreditou. Por isso, a origem, segundo a estirpe, não significa absolutamente nada para o caminho do Reino de Deus. Este exige uma associação com a dinâmica na perspectiva da fé e da justiça (Mt 5,20). Escrevendo à comunidade cristã de Roma, Paulo sabia que ela abrigava judeus, gregos, romanos e outros, no mesmo espírito de integração, unidade, e sem distinções (Gl 3,28). Esta mudança de conceito teológico cria uma polêmica com as tradições dos judeus, até então, detentores únicos e exclusivos do processo salvífico.

A filiação, na perspectiva cristã-helenística, não depende da descendência da carne, mas do Espírito. Assim Jesus, o Messias preexistente, gerado na carne segundo a descendência de Abraão (Mt 1,1), mas segundo a origem de Adão (Lc 3,38), aproxima a realidade da carne à realidade do Espírito e nesta nova família integra todos aqueles que fazem a vontade do Pai (Mc 3,31-35).

Esta conceituação paulina criava uma polêmica muito grande com os opositores rabínicos agarrados a princípios estáticos e mágicos de salvação. O v. 8 abre um novo conceito de filiação: os filhos de Deus não são filhos segundo a carne, mas segundo a promessa. No diálogo com a samaritana, Jesus afirma que os verdadeiros adoradores não adorariam no monte Garizim, no santuário colocado sobre aquela montanha, memória dos patriarcas, nem mesmo adorariam no templo de Jerusalém, mas em espírito e verdade (Jo 4,23). Esta apologese sobre a filiação forçava os judeus a crerem e distinguirem o verdadeiro Israel no meio do judaísmo tradicional. Haveria outra distinção entre *descendentes e filhos*. Os descendentes podem não se caracterizar como filhos, mas aqueles que amam, estes são realmente os filhos. Por outro lado, o v. 13 abre outra distinção que se torna paradoxal com a própria tradição deuteronomica: a ruptura entre os filhos de Isaac, Esaú. Isaac se apropria da bênção de forma antiética. O texto da tradição explicita: “*Yahweh vosso Deus é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores, o Deus grande, o valente, o terrível, que não faz acepção de pessoas e não aceita suborno*” (Dt 10,17). Alicerçado nesta grandeza de Deus, Paulo constrói a teologia da unidade e queda de todos os preconceitos e divisões dentro da comunidade cristã (Gl 3,28). Os rabinos justificavam o amor ‘*ad intra*’ e o ódio ‘*ad extra*’, como se reporta Jesus às práticas dos judeus: “Ouvistes o que foi dito: *Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo*” (Mt 5,43). O compromisso do amor e da justiça se dava no âmbito interno, na esfera da raça pura criada pela ruptura dos matrimônios com Esdras (cf. Esd 9–10). O ódio a Esaú e à sua descendência vinha da tradição rabínica e não do desamor de Deus por um dos filhos seus. O texto de Gn 25,23 induz a uma interpretação fundamentalista e fatalista da história, a qual o próprio Cristo desmitificou ao mostrar que a *diaconia* é o caminho do Reino (Mc 10,45; Jo 13,1-15). Esta posição contrária à dos judeus abria uma página dura de exegese e hermenêutica bíblica, e no entender do cristianismo, particularmente de Paulo, havia erros graves neste processo de ensino e transmissão da Escritura por parte dos judeus. Deus é justo e sua soberania não consiste em fazer caprichos humanos.

Quem é o homem para discutir com Deus? (9,14-24)

Sempre que há um problema e a solução parece distante ou difícil, em lugar de procurar a causa, acusa-se Deus. Deus é a origem de tudo, dos bens, dos males, dos castigos e das bênçãos, conforme a mitologia. Na comunidade de Roma, repleta de preconceitos e superstições, tudo emanava de Deus e Ele era o respon-

sável último. Esta forma de relacionamento com Deus é mitológica e irreal, pois não é Deus que falha, nem sua Palavra.

O verso (9,15) condiciona a misericórdia de Deus à sua vontade e caprichos. Se mal-entendida a expressão: “Terei piedade de quem eu quiser ter piedade e compaixão de quem eu quiser me compadecer” (Ex 33,19), ela pode gerar o chamado predeterminismo protestante, de modo particular, de Calvino. Uma afirmação quase paralela é encontrada em Mc 3,13, quando o redator afirma que Jesus chamou a si quem ele quis. Aí está a falsa consciência da predestinação, porque não há absolutamente nada de pré-determinismo nessas duas frases, ao contrário, quer no texto de Ex 33,19, quer em Mc 3,13, revela-se a soberania de Deus. Em outras palavras, muitas vezes, no juízo dos homens, muitas pessoas deveriam ser queimadas, sacrificadas e arrancadas do meio da sociedade, mas na perspectiva de Deus, elas terão um lugar diferente. No julgamento dos judeus, os cristãos eram uma cizânia, hereges que deviam ser eliminados e, com eles, todos os pagãos. Na legislação judaica, os pobres, os doentes, os impuros, as mulheres prostitutas estariam na geena e no Hades. Na pedagogia de Jesus Cristo, elas precederiam os escribas e fariseus. Com muitos, Deus age segundo a sua justiça, com outros, segundo a sua misericórdia.

A apologese contra a teologia das retribuições e dos méritos acumulados desde os patriarcas até os tempos cristãos, pretendidos pelos judeus, continua firme, na posição de Paulo. Ele entende que não há como contabilizar os méritos das ações, das esmolas ou da tradição, pois toda essa contabilidade depende de Deus. A salvação não é a soma quantitativa e cumulativa de *gerações sucessivas*, como era defendida pelos judeus e continua sendo pregada por algumas religiões atuais. Muitas coisas feitas *em nome de Deus, nos santuários e tendas sagradas* não são vontade de Deus, mas manipulação do sagrado (cf. Is 1,10-17; Mq 3,1-3). Muitos, com interesses escusos, afirmam que expulsam demônios em nome de Jesus, mas Jesus afirma que não os conhece (Mt 7,22).

O faraó representou o lado oposto do desejo de Deus, e a Escritura afirma que também foi Deus que o suscitou (Sl 147,10; Ex 9,16). A dureza do faraó foi necessária para que ao menos uma parte do povo escravizado aceitasse sair com Moisés para a libertação. O coração dos hebreus no Egito era tão duro e insensível que podia ser comparado ao do faraó. Tudo o que o faraó precisou ver para acreditar que o Deus de Moisés queria a libertação foi o que os hebreus necessitaram para acreditar em Moisés e no Deus do Êxodo. O poder de Deus não foi apenas sentido pelo faraó, mas também, e de modo especial, pelo povo que aceitou sair para a terra da liberdade.

A soberania de Deus independe dos critérios humanos. Assim como os judeus, também os gregos e os romanos, geralmente as pessoas nobres, *afirmavam saber como Deus procedia*, ensinavam que Deus agia de forma “a” ou “z”, mas este proceder de Deus não era senão aquilo que elas pensavam. Paulo aborda de

frente esse assunto desmontando castelos mitológicos e teses judaicas sobre o conhecimento de Deus e o seu agir (3,7; 6,1.15). Deus é Deus, o absoluto, e tem *misericórdia até mil gerações para aqueles que amam e guardam a sua palavra* (Ex 20,6). Essa tentação de manipular Deus e a sua justiça é própria das pessoas que usam da religião e a transformam em ideologia de dominação e subjugação. Paulo afirma que os juízos humanos são humanos e Deus continua absoluto, quer no seu julgamento, quer na sua misericórdia. A tese de Paulo, a respeito do poder de Deus, se espelha no ensinamento de Jesus sobre a soberania do Senhor da Vinha com os operários, em que diz que *os primeiros serão os últimos, e os últimos serão os primeiros* (Mt 20,16). O comportamento das pessoas, bom ou ruim, é do conhecimento de Deus. Os enigmas da história são expressões e assertivas que afirmam ser Deus aquele que endurece o coração do faraó (Ex 4,21; 7,3; 9,12; 14,4) ou das pessoas más a fim de provar a resistência dos seus embaixadores (patriarcas, mestres e apóstolos). A soberba e a tirania são próprias das pessoas que o rejeitam, mas os déspotas, ainda que sejam pessoas religiosas, encontrarão a justiça divina (Lc 22,25).

A discussão continua aquecida contra os opositores. Paulo escolhe uma figura do cotidiano, uma página da vida comum como metáfora do seu raciocínio: *a relação vaso – oleiro*. A argila usada para ser transformada em vaso não pode escolher o que vai ser; isto independe dela, tudo está no projeto do oleiro. Desta forma, assim como a argila não pode escolher ser o vaso ou o utensílio que deseja, ao ser humano não cabe arguir contra Deus. A grande questão está na pergunta corriqueira a Deus: *Por que para mim?* Diríamos que Paulo encontra na obra de Jó uma fonte para seu raciocínio. Depois que termina o diálogo com os adversários, Jó se depara com a presença de Deus, e Deus lhe faz ver como Jó é pequeno dentro do grande projeto da Criação; Jó é uma criatura amada por Deus, não obstante a mudança do seu quadro, do seu sofrimento, mas também de sua resistência à hipocrisia dos discursos sobre Deus. Essa relação obra – artista já era uma página da sabedoria antiga, encontrada também em Is 29,16; 45,9; Sb 12,12. A soberania do oleiro sobre a argila é a soberania de Deus sobre todas as criaturas, e, por isso, ainda que o ser humano possa arguir, a resposta será do jeito de Deus e não do jeito do ser humano; em outras palavras, na argila trabalhada está sempre a mão do artista e não o desejo da massa (Jr 18,6). A palavra-chave é a *exsousia* (autoridade). O artista tem poder sobre a sua obra; ele é maior que a obra; ele está além dela.

Deus é paciente, lento na ira e sempre pronto na sua misericórdia. Ele não criou os seus filhos maus, mas permitiu que optassem, e ainda assim lhes permite viver até o dia da sua desgraça (Pr 16,4). Os maus possuem sua liberdade de comportamento, no entanto Deus continua sendo o juiz dos justos e dos injustos (Sb 12,12-13). Aqui, Paulo está invertendo a lógica judaica da salvação e da eleição, temas iniciados no cap. 2. Os judeus consideravam os não judeus como destinados à perdição, argumentando tudo em nome de Deus, da Lei, de Moisés, etc. A

ira (*orgê*) divina se manifesta não sobre os pagãos (Jr 50,25), mas sobre todos aqueles que amam e praticam a mentira (Ap 22,15). Deus é rico em misericórdia e vem *resgatar com a vida do Filho* todos os que estavam destinados à perdição (Ef 2,1-7), invertendo a lógica do castigo pelo exercício da misericórdia. Os novos eleitos não são apenas judeus, mas de todas as raças, línguas, povos, nações (Ap 7,1-7). O Deus exclusivo dos judeus passa a ser o Deus inclusivo dos cristãos que não consideram mais a raça, a língua, a cultura, a religião, o sexo (Gl 3,28), mas a justiça (Mt 5,20).

Oseias e Isaías = Deus tem compaixão dos que o amam (9,25.29)

Paulo usa um argumento profético para dar fundamentação histórica à sua tese. Se Deus usasse prerrogativas humanas para fazer o julgamento, na perspectiva de Oseias, ele o teria repudiado, pois se comportou como uma prostituta. Deus, no entanto, usando não a justiça, mas a misericórdia, conduz o povo para o “deserto” e lá fala ao coração deste povo rebelde (Os 2,16 – a metáfora do deserto será o exílio do Reino do Norte para a Assíria, 722 aC, e do Reino do Sul para a Babilônia, 589 aC). Pelo direito forense, nem mesmo os judeus teriam direito à compaixão, pois pecaram tendo o conhecimento da Lei (cf. Lv 20–21).

Contudo, em tempos de crise, a solução é a confiança em Deus e na sua Providência, pois se ele dispersa, também reúne e recolhe (Dt 30,1-2). As rebeldias do povo de Israel provocaram muitas vezes e de muitas formas a misericórdia divina (Os 4,4-8; Is 5,1-20; 10,1-2; Mq 1–3). No entanto, é o próprio Deus que sempre conserva um germe vivo; assim como no dilúvio preservou Noé (Gn 6–8), vai conservando um “resto” vivo, mesmo que sejam muito numerosos. O fato de serem muitos não significa preservação ou direito de todos, mas apenas dos que forem fiéis aos seus mandamentos (Dt 30,10). Este resto está contra o todo, isto é, muitos são chamados e poucos os escolhidos, porque poucos responderão positivamente a esse convite (cf. Mt 22,14). Desta forma, exclama Isaías (Is 10,22-23) que, ainda que sejam mais numerosos do que as areias do mar, só uns poucos se salvarão. É uma profecia execratória contra os que justificavam sua perfídia e maldade na descendência abraâmica e, a partir dos patriarcas, todos os males podiam ser praticados, pois a salvação estava garantida.

Israel, com a Lei, não encontrou a justiça (9,30-33)

<i>Justiça da fé</i>	<i>x</i>	<i>Justiça da lei</i>
<i>Justiça da lei</i>	<i>x</i>	<i>Injustiças da lei</i>
<i>Pagãos</i>	<i>x</i>	<i>Judeus</i>
<i>Cristãos</i>	<i>x</i>	<i>Judeus</i>

Como um bom conhecedor dos princípios rabínicos e das tradições dos judeus, Paulo mostra como este povo buscava a justiça através de princípios legais, zelava por ritos, normas, rigor sobre alimentos, costumes e liturgias, mas era incapaz de buscar a justiça misericordiosa. A justiça dos judeus se revelava cega e por causa desta cegueira eles cometiam barbáries contra os justos, praticando um ódio sem motivos (Jo 15,25). Os Evangelhos revelam inúmeras discussões sobre a cegueira do zelo da lei, especialmente na condenação à mulher adúltera (Jo 8). No processo de Jesus, eles afirmam que possuem uma lei, e, segundo a mesma, ele deveria morrer (Jo 19,7). Ainda que Paulo não use os mesmos princípios dos evangelistas, ele conhece toda a formação dos processos rabínicos e como as leis podiam ser manipuladas, a fim de privar da justiça os verdadeiros destinatários (Is 10,2).

Nem sempre a lei está de acordo com a justiça. Se o princípio jurídico é falso, o processo se estabelece de modo correto, mas a sentença será injusta e imoral. Aquilo que os judeus pretendiam, sob o ponto de vista religioso e cultural, não podia ser aplicado aos não judeus não apenas porque eles tinham outro corpo jurídico e cultural, mas porque as argumentações dos judeus eram inverídicas. Os pagãos, mesmo dentro de seus conjuntos de mitos e deuses coloridos, podiam ser muito mais justos que os judeus. A liberdade pagã criava espaços maiores para a aceitação da alteridade, da pluralidade e do bem do que o rigor das leis judaicas. Usando toda a pedagogia da misericórdia divina (9,14-24), o Apóstolo conclama a comunidade romana a encontrar caminhos de integração, de “deposição das armas” e a mudar a política; em lugar do ataque, a acolhida e a misericórdia, pois são elas que representam o desejo último de Deus (Os 6,6).

A profecia de Isaías (8,14) em torno da *pedra de tropeço em Sião*, para Israel e os habitantes de Jerusalém, é difícil de ser situada. A quem estaria o profeta se referindo? Na outra profecia de Isaías (28,16-17), ele afirma que a pedra em Sião será a *pedra angular, pedra de alicerce, a qual teria como regra o direito e como nível a justiça* (cf. Is 11,1-5; Ef 2,20). Mateus (21,42) aplica esta profecia a Jesus Cristo, e, de modo análogo, a carta de Pedro (1Pd 2,6). A pedra de tropeço para a tradição judaica seria realmente Jesus Cristo? Sião contempla a morte do Filho de Deus, mas também contempla o nascimento da Igreja cristã (At 2,1-13). Todos os judeus tropeçariam? Um resto não tropeçaria, porque alguns acreditaram no cumprimento das promessas messiânicas, e quem *cesse não seria confundido*. Aquele que crer no Filho receberá a autoridade da *filiação* (Jo 1,12) e não conhecerá a confusão.

Propostas de síntese

A justiça se faz segundo os princípios divinos e não segundo os arquétipos humanos, culturais e tradicionais. Deus é soberano na sua justiça e os que “eram excluídos da cidadania em Israel e estranhos às alianças das promessas”, *segundo*

critérios culturais, agora são concidadãos dos santos (Ef 2,12). Os privilégios caem diante da providência divina. Deus tem compaixão daqueles que amam, perdoam e agem com sabedoria diante dos fatos da vida. Os verdadeiros adoradores o adoram em Espírito e Verdade (Jo 4,23), por isso Deus é graça, vida e verdade no coração dos seus filhos que amam, não naqueles que apenas oram nos templos, pois Deus é maior que os templos sagrados.

Bibliografia de apoio

AUDET, Jean Paul, *La Didachè, instructions des apôtres*. Paris, Gabalda, 1958.

BARCLAY, Willian, Hellenistic thought in New Testament times: the Cinics, the way of renunciations. *Expository Times*, 71 (1959/60), 371-375.

CONZELMANN, Hans. *Gentiles, Jews, Christians: polemics and apologetics in the Greco-Roman era*. Meneapolis, Fortress, 1989.

CORSSEN, P. Über Begriff und Wesen des Hellenismus. *Zeitschrift für Neutestamentliche Wissenschaft und die Kunde des Urchristentums*. Giessen, Verlag, 1 (1908), 81-95.

FESTUGIÈRE, A.-J. *Épicure et ses Dieux*. Paris, Presses Universitaires, 1946.

KITTEL, G. *Die religionensgeschichte und das Urchristentum*. Tübingen, Verlag, 1931.

MAZZAROLO, I. *Carta de Paulo aos Romanos, educar para a maturidade e o amor*. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2014.

MAZZAROLO, I. *Jó, amor e ódio vêm do mesmo Deus?* Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2002, p. 247-274.

SKEMP, J.B. *The Greeks and the Gospel*. London: Kingsgate Press, 1964.

VV.AA. *Études sur Le judaïsme hellénistique: congrès de Strasbourg*. Paris: Cerf, 1984.

Isidoro Mazzarolo

Ph.D. pela École Biblique et Archéologique de Jerusalém